

Santos no Congresso nega crise sanitária

Josemar Gonçalves

Temendo manifestações de repúdio à sua pessoa, o ministro da Saúde, Roberto Santos, chegou ontem para depor na Subcomissão de Saúde, Segurança Social, Ecologia e Meio Ambiente escoltado por forte esquema de segurança, fato até agora inédito nos trabalhos da Constituinte. Espantado, o deputado Eduardo Jorge (PT-SP) exigiu a retirada imediata dos seguranças, avisando que "esse tipo de método na luta política não deve ser empregado nessa casa". Demonstrando surpresa, Roberto Santos respondeu que, "se houve segurança, não provinha do Ministério da Saúde, porque não dispomos desse instrumental". Parlamentares presentes asseguraram que de fato a segurança pertencia ao Congresso Nacional, mas fora requisitada pelo Ministério da Saúde. Momentos depois, o presidente da subcomissão, deputado Jorge Elias Murad (PDT-MG), comunicou em aparte que os seguranças já haviam se retirado.

Encerrado o episódio policial, o ministro da Saúde começou seu longo depoimento, de quase duas horas, tendo por platéia apenas seus próprios auxiliares mais íntimos, que se retiraram logo assim que ele saiu. Os sanitaristas preferiram ficar do lado de fora, no corredor, aguardando a vez dos depoentes seguintes: o presidente da Fiocruz e secretário de saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Arouca, e o presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, que também não assistiram à fala do ministro, preferindo o corredor.



Santos foi ao Congresso cercado por esquema de segurança

Elogios

O deputado Joacyr Goes (PMDB-BA) optou por ler o currículo de Roberto Santos, tecendo-lhe eloquentes elogios. Outros revelavam que foram seus alunos, elogiando sua performance como professor de Medicina na Universidade baiana. Já o presidente da subcomissão arrancou gargalhadas quando revelou que o Ministério da Saúde no Brasil é tão fraco que vem sendo vítima constante de ironia até por parte dos governadores de estado, que na briga por órgãos do governo tentam sempre empurrar este para os outros: "Dê para eles o Ministério da Saúde", preferindo os que chegam primeiro ficar com os ministérios mais fortes.

Roberto Santos também negou que esteja havendo crise no Ministério da Saúde. Mas, bastava só dar uma olhada no corredor da subcomissão que lá

estavam todos os sanitaristas demitidos por ele, acusados de incompetência, gerando uma das piores crises políticas do ministério. Tão séria que a substituição do ministro da Saúde, já foi até pedida ao presidente José Sarney por um ministro militar, que para substituí-lo defendeu o nome de deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), 1ª vice-líder da Constituinte.

Sua saída é dada como praticamente certa dentro do Congresso Nacional. "É coisa para dias", comentam. Para isso, o presidente José Sarney estaria apenas tentando acomodar todas as forças políticas que na Bahia exigem a demissão, principalmente do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Além de Scalco estão também cogitados para o cargo o presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca, e o senador Alir Gabriel (PMDB-PA).

Ex-ministro quer manter regime atual

O jurista Seabra Fagundes defendeu ontem um regime presidencialista "modificado em profundidade", de modo a eliminar a concentração de poderes existente no regime atual, o que possibilitaria a "democratização do poder". O ex-ministro da Justiça citou como exemplos do presidencialismo atenuado a apreciação dos nomes dos ministros pelo Congresso, que teria também competência para destituí-los em caso de perda de confiança da nação.

Seabra Fagundes sugeriu a criação de conselhos na área do Executivo, para áreas específicas, como a censura, comunicações, urbanismo e ecologia, os quais seriam integrados por representantes do governo e das entidades especializadas. O jurista discorreu também sobre as vantagens do parlamentarismo, sem, no entanto, manifestar preferência por qualquer dos regimes. Observou que o parlamentarismo também deve ser atenuado para que o presidente da República não fique como figura simbólica, e citou os exemplos da França, Itália e Inglaterra, onde a estabilidade política é assegurada pelo regime parlamentarista.

Congresso deve ser fortalecido

Três ex-presidentes da Câmara dos Deputados voltaram à casa esta semana, para participar de uma audiência pública na subcomissão do Poder Legislativo, que integra a comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Flávio Marçílio, Célio Borja e Nelson Marchezan. Nas declarações dos três, um ponto em comum: a necessidade de que a nova Constituição possibilite o fortalecimento do Congresso Nacional, notadamente "para restituir as prerrogativas que lhe foram retiradas a partir da revolução de 1964".

Flávio Marçílio, que presidiu a Câmara dos Deputados em três períodos, sugeriu a criação de uma comissão permanente, comum à Câmara dos Deputados e Senado Federal, para, ao lado das Comissões Parlamentares de Inquérito, exercer a fiscalização política, e administrativa de atos do poder executivo, abrangendo, também, os direitos humanos.

Célio Borja, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, se deteve na análise das imunidades parlamentares, salientando que estas são simples prerrogativas da função e não privilégios pessoais, conceito que, em seu entender, "se estende por igual às garantias da magistratura e às que cercam os membros do ministério público e a classe dos advogados".

Nelson Marchezan enfatizou a necessidade da criação de subcomissões das comissões técnicas que, em seu entender, não oferecem condições aos parlamentares para exame, a curto prazo, de matérias prioritárias para o País. Para exemplificar, Marchezan referiu-se a obras determinadas pelo Poder Executivo que não passaram pelo exame do Congresso Nacional: a Ferrovia do Aço, a Hidrelétrica de Itaipu e outras.

Técnico diz quanto União arrecada

No painel "o Município e a Reforma Tributária", realizado ontem pela Subcomissão dos Municípios e Regiões, sob a presidência do deputado Luiz Alberto Rodrigues, PMDB-MG, Francisco Giffone técnico da Seplan, um dos expositores, destacou o problema do fortalecimento da União e o enfraquecimento dos estados e municípios, em termos de arrecadação tributária.

Segundo Giffone, a competência tributária foi centralizada, detendo a União um maior número de impostos e aqueles de base econômica mais ampla. "A centralização fica mais evidente comparando-se a distribuição média dos períodos 1964/68 e 1980/85. A proporção da União passa de 39% para pouco mais da metade, enquanto os municípios mantêm-se na casa dos 15% e os estados vêm sua participação reduzir-se de 46% para um terço dos recursos disponíveis".

Contribuições Sociais
Para ele, na reformulação do sistema tributário brasileiro há, também, que se levar em conta a crescente importância que as chamadas "contribuições sociais" passaram a desempenhar no financiamento das atividades governamentais. "Enquanto em 1967, por ocasião da reforma tributária, as contribuições para a Previdência Social representavam o único exemplo importante dessa espécie de tributo, a partir de então a situação tornou-se mais complexa.

Um conjunto variado de contribuições para fiscais de interesse social foi sendo formado ao longo dos últimos 20 anos, como parte de uma política de ampliação do sistema de proteção social ao trabalhador.



Homossexuais pedem fim da perseguição

Os homossexuais pediram ontem na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais que a nova Constituição proíba expressamente "qualquer discriminação por orientação sexual". A solicitação foi feita por João Antônio de Souza Mascarenhas, diretor do "Triângulo Rosa", entidade carioca ligada ao Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual.

Ele agradeceu a honra de ser o primeiro homossexual a falar oficialmente no Congresso Nacional. Ele historiou depois as perseguições e conquistas do movimento GAY no mundo e as repercussões no Brasil. Lembrou que o nome escolhido por sua associação é uma homenagem aos 60 mil homossexuais assassinados em campos de concentração nazistas, onde eram obrigados a usar um triângulo rosa em seus uniformes de prisioneiros.

Deputados de Goiás fazem sugestões

Goiânia — As propostas dos deputados estaduais de Goiás para a Assembleia Nacional Constituinte já estão sendo formalizadas e serão enviadas em documento único, no dia 1º de junho, para que sejam analisadas pelas comissões técnicas de cada área. As sugestões estão sendo recolhidas pelo deputado Eurico Barbosa, ex-presidente da Assembleia, e escolhido para presidir a comissão formada especificamente com esta finalidade. Segundo o parlamentar, o deputado estadual Edmundo Galdinon, do PMDB, apresentou três sugestões, pedindo a demarcação imediata das nações indígenas, o direito à sindicalização dos servidores públicos federais, estaduais e municipais e instituindo eleições diretas para a escolha dos reitores e diretores das faculdades, bem como das escolas técnicas federais.

Eurico Barbosa informou que o deputado Antônio Carlos Moura, do PT, quer acabar com a existência dos "gatos", que arregimentam peões e boias-frias. Ele apresentou proposta no sentido de que o contrato de trabalho seja estabelecido diretamente entre empregador e empregado, ficando proibida qualquer forma de coação de mão-de-obra, seja na cidade ou no campo. Já o deputado José Alberto, do PMDB, propôs, na área das prerrogativas do Legislativo, a extensão das imunidades parlamentares aos vereadores e o direito de legislar sobre matéria econômica-financeira.



Ministro exige que Congresso defenda trabalhador

Parlamentares ouvem ironia de Pazzianotto

"A Assembleia Nacional Constituinte não pede nada ao governo. Ela decide, ela é o poder maior. Essa contradição já me chamou a atenção por mais de um momento. A lei existe para ser alterada, ou os srs. acham que este será um texto irretocável, permanente, virginal?"

A declaração foi feita ontem, em tom de ironia, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em resposta à solicitação de parlamentares para que interferisse junto ao presidente Sarney no sentido de não enviar ao Congresso Nacional projeto do governo sobre legislação sindical.

Prometendo candidatar-se no futuro a uma cadeira no Congresso, ele cobrou dos parlamentares uma atuação mais firme em defesa dos direitos dos trabalhadores: "Não é possível manter, por interesses escusos, inconfessáveis, uma legislação que faz do sindicato mero apêndice do Ministério do Trabalho. Falando como cidadão e como homem de partido — o PMDB —, vou me sentir frustrado se na nova Constituição não for inserido algo definitivo que não deixe nenhuma margem a dúvida ou a interpretações especulativas dos direitos trabalhistas".

Em sua exposição, o ministro defendeu a ampla autonomia sindical, sem qualquer interferência ou vinculação ao Estado, através da definição pela

CSN procura manter suas atribuições

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) quer continuar tendo atribuições sobre a faixa de fronteira terrestre do país, tanto no que diz respeito à alienação e concessão de terras públicas, construção de estradas, pontes e campos de pouso, como na instalação de empresas de lavra e exploração de recursos minerais ou qualquer outra atividade que interesse à segurança nacional, inclusive exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Essa proposta foi feita ontem pelo CSN na Subcomissão de Defesa do estado, da sociedade e da sua segurança, deixando claro que a instituição defende "disposições sobre segurança nacional" e a existência de um órgão capaz de assessorar o chefe do Estado.

nova Carta de uma legislação única e específica dos direitos dos trabalhadores. Uma espécie de Código do Trabalho.

Reação

Alguns parlamentares da subcomissão reagiram às declarações do ministro, ameaçando, inclusive, acionar um projeto de decisão para sustar qualquer mensagem do Executivo sobre legislação trabalhista. O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) afirmou que a decisão da subcomissão de solicitar a interferência de Pazzianotto era por seus membros entenderem que o melhor caminho seria o entendimento, o apelo político, "para evitar que se faça um projeto de decisão visando a sustar o projeto do governo".

Já o deputado Domingos Leonelli reconheceu que o Congresso Nacional poderia ter obtido avanços, via legislação ordinária, em questões como o direito suspensivo e o direito de greve — "há milhões de projetos sobre o assunto nesta Casa que não andam por interesses do capital, ainda aqui predominantes" —, mais chamou a atenção do ministro para falhas graves do Executivo, numa crítica velada à sua atitude quando da intervenção nos sindicatos: "Foram acionadas as Forças Armadas em lugar do Ministério do Trabalho para resolver uma questão trabalhista e mesmo assim V. Exa. permaneceu no cargo".

PT quer fim do Conselho de Segurança

O Partido dos Trabalhadores — PT — deu entrada em projeto constitucional extinguindo o Conselho de Segurança Nacional. A proposta do PT foi colocada exatamente no momento em que o representante do CSN, Coronel Luiz Carlos Mendes Ribeiro, comparecia para prestar esclarecimentos junto à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

A presença do representante do Conselho de Segurança Nacional foi bastante contestada, pois o coronel Luiz Carlos disse que não podia discutir nem apresentar propostas, pois o CSN só admite a manutenção do texto contido na atual Constituição. O senador Iran Saraiva (PMDB-GO) protestou contra a posição do Conselho.